

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 12, número 1 (2021)
ISSN: 2177-2886

Entrevista

Geografias do Corpo, Amor e Desejo: Uma Entrevista com Lynda Johnston

*Geografías del Cuerpo, el Amor y el Deseo: Una
Entrevista con Lynda Johnston*

*Geographies of the Body, Love and Desire: An
Interview with Lynda Johnston*

Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil
joseli.genero@gmail.com

Marcio Jose Ornat

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil
geogenero@gmail.com

Como citar este artigo:

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografias do Corpo, Amor e Desejo: Uma Entrevista com Lynda Johnston. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 230-245, 2021. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A trajetória científica de Lynda Johnston tem impactado a geografia humana mundial, inclusive no Brasil. Por algum tempo, essa geógrafa tem influenciado a pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos Territoriais na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Portanto, entrevistar essa importante geógrafa, feminista e pesquisadora queer é uma grande honra para nosso grupo. Estamos honrados de tê-la conosco na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, não apenas por sua capacidade e contribuição para o desenvolvimento da geografia, mas também por admirar a pessoa que ela é, e sua forma de agir para dismantelar as desigualdades e hierarquias sociais. A combinação de sua competência intelectual e caráter sensível e humanitário torna Lynda Johnston uma das mentes mais brilhantes da geografia humana contemporânea.

Lynda Johnston nasceu em Dunedin, no dia 14 de maio de 1964, em uma família trabalhadora de uma pequena vila chamada Waitati, ao norte de Dunedin. Ela tem uma irmã. Seu pai era gerente de fazenda e sua mãe uma administradora na área de saúde. Lynda teve muitos empregos antes de entrar na universidade (trabalhou na fazenda, foi agente aduaneira, trabalhou em limpeza, cafés e comércio varejista, e foi instrutora estrangeira nos Estados Unidos). Enquanto trabalhava como agente aduaneira, ela graduou em Geografia na Universidade de Otago, onde estudou entre 1988 e 1990. Ela retornou aos Estados Unidos para trabalhar como instrutora estrangeira. Faminta por mais estímulo acadêmico, Lynda se matriculou em um programa de mestrado, e depois num programa de doutorado na Universidade de Waikato. Essa universidade tem uma reputação internacional em geografia feminista – e em 1999, ela apresentou sua tese de doutorado intitulada ‘*Body Tourism in queered streets: Geographies of gay pride parades*’ (Turismo do corpo em ruas de queers: Geografias das paradas do orgulho gay) na Universidade de Waikato, onde ela foi orientada por Robyn Longhurst. Aquele trabalho tornou-se uma importante contribuição para a construção da visibilidade LGBTQIA+ no campo científico da geografia.

Atualmente, Lynda Johnston é professora na Universidade de Waikato, ensinando em diferentes níveis, incluindo: no primeiro ano, Geografias Sustentáveis; no segundo ano, Saúde, Pessoas, Lugares; no terceiro ano, Gênero, Lugar e Cultura; e na pós-graduação, Pessoas, Poder e Lugar. Lynda tem orientado muitos alunos em suas dissertações e teses em programas de mestrado e doutorado. Lynda também é Vice Chanceler assistente de Sustentabilidade na Universidade de Waikato. Entre 2016 e 2020, ela foi presidente da International Geographical Union Commission on Gender and Geography - IGU (Comissão da União Geográfica Internacional em Gênero e Geografia). Seu trabalho na IGU foi fundamental para a promoção das geografias feministas e de sexualidades a partir do Sul Global. Seu desempenho como Editora do *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography* (Gênero, Lugar e Cultura: Um Jornal da Geografia Feminista) entre 2011 e 2016 foi outra ação marcante para dismantelar as hierarquias acadêmicas entre o Norte e o Sul com efeito global.

A produção intelectual de Lynda Johnston é intensa e tem se concentrado nas complexidades espaciais das desigualdades, com grande preocupação em entender como as mais diversas formas de opressão tais como sexismo,

homofobia, transfobia e racismo estão relacionadas com o espaço. Para esta entrevista, nós selecionamos alguns de seus trabalhos para serem explorados, aqueles cuja leitura mais nos provocou, entretanto, sua produção é vasta e contínua.

Nossa intenção é propiciar aos nossos leitores a mesma experiência que tivemos quando aprendemos mais sobre Lynda Johnston e sua trajetória acadêmica. Que suas visões e energia possam iluminar os caminhos de nossos leitores assim como iluminaram os nossos caminhos.

Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat: No livro *Mapping desire: geographies of sexualities* (Mapeando o desejo: Geografias de Sexualidades), publicado em 1995 por David Bell e Gill Valentine, seu capítulo ‘Wherever I lay my girlfriend, that’s my home’ (Em qualquer lugar onde eu possa deitar minha namorada, essa é a minha casa), analisa a casa como um lugar dominado por heterossexualidade, o que torna a vivência de identidades lésbicas mais difícil. Após 26 anos daquela publicação, como você avalia o desenvolvimento das geografias lésbicas e a abordagem às escalas geográficas tais como casa?

Lynda Johnston: Foi uma honra ter escrito aquele capítulo com Gill Valentine. No início dos anos 1990 nós tínhamos completado projetos de pesquisa semelhantes, enquanto Gill estava no Reino Unido, e o meu era um pequeno projeto de pesquisa de pós-graduação desenvolvido em Hamilton, Aotearoa, Nova Zelândia. Juntar os dois projetos nos permitiu argumentar que lugares e corpos são mutuamente constituídos. Essa tem sido uma característica permanente nas geografias críticas, sociais, culturais, emocional/afetiva, feminista e queer (WAITT; JOHNSTON, 2013). Importantes coletâneas de pesquisa de geografia lésbica (tais como BROWNE; FERREIRA, 2015) acrescentaram mais evidências à importância do lugar nas identidades lésbicas e vice-versa. Algumas delas usam a escala espacial como um método organizacional e analítico, tais como o capítulo que produzi com Lisa Hardie (HARDIE; JOHNSTON, 2015) onde argumentamos que a música pode ajudar a criar espaços seguros (em casa, no transporte público, e em ruas da cidade) para as lésbicas.

JMS e MJO: A abordagem das sexualidades nos anos 1990 em países anglófonos encontrou desafios para se posicionar na geografia, e os pesquisadorxs envolvidxs nesse conflito tem algumas histórias de resistência. Como você avalia o impacto da sua tese de doutorado, apresentada em 1999, no campo da geografia? Como você vê os resultados de ter publicado tais ideias?

LJ: Ter estudado na Universidade de Waikato nos anos 1990, foi uma experiência particularmente motivadora. O departamento tinha uma longa história de estar na vanguarda das práticas de conhecimento radicais e inclusivas, incluindo: as geografias anarquistas, anti-racistas, Māori e feministas. Isso significava que meus interesses políticos e acadêmicos sobre corpos, gênero e sexualidades foram em grande parte, encorajados ao invés de

marginalizados. Na época, eu pesquisei: *lesbian homes* (casas lésbicas), uma dissertação de pós-graduação em 1993; *women body builders and gyms* (mulheres fisiculturistas e academias), uma tese de pesquisa em mestrado em 1994 - 1995; e, *gay pride parades* (as paradas do orgulho gay), uma tese de doutorado completada em 1999. Eu também recebi alguma desaprovação de geógrafxs e membros do público (todxs questionando a validade do tópico), entretanto, com excelente apoio e orientação (de Robyn Longhurst em particular, mas também de outrxs geógrafxs na Universidade de Waikato). Eu permaneci determinada a continuar na geografia queer, de corpos, gênero e sexualidades. Eu espero que aquelas publicações iniciais puderam inspirar outrxs geógrafxs e estudantes do turismo a questionar as construções de conhecimento desencarnada e hegemônica. Essa pesquisa envolvia celebrar a diferença bem como contestar o conhecimento geográfico que invocava o pensamento dualista. Eu tenho questionado se o “aumento do interesse em corporificação, conforme expresso nas páginas do GPC desde 1994 levou (tem levado) a uma perturbação das formas masculinas de pensar na disciplina? (LONGHURST; JOHNSTON, 2014, p. 267). Entretanto, nós optamos pela expressão dos sentimentos de ambivalência. As relações de poder que dominaram os anos 1990 – patriarquia, heterossexismo, transfobia, homofobia, racismo – continuam a estruturar nossas vidas diárias nas casas, comunidades, cidades, e instituições como as universidades, por exemplo. Ainda assim, um foco na corporificação tem levado a excelentes visões das relações de poder em uma variedade de lugares e espaços.

JMS e MJO: O corpo é uma abordagem central na sua produção científica, desde sua tese até as produções mais recentes. O artigo escrito em colaboração com Robyn Longhurst e Elsie Ho “Using ‘the body’ as an ‘instrument of research’” (Usando ‘o corpo’ como um ‘instrumento de pesquisa’), publicado em 2008 na revista *Area*, discute as metodologias qualitativas e a necessidade de incluir emoções e corpos na produção científica. Quais são os desafios enfrentados por essa prática metodológica no campo da geografia?

LJ: Eu defendo veementemente que as geografias não deveriam se limitar a um aspecto da corporificação, mas considerar formas de saber configuradas através da audição, visão, paladar, olfato e tato. Eu sou favorável ao emprego da ‘participant sensing methodology’ (metodologia participativa dos sentidos). Engajar todos os sentidos corporificados cria encontros ricos com pessoas e lugares. Esse tipo de geografia sensorial, visceral, ou tátil – “corpos que tocam lugares, lugares que tocam corpos, e corpos que se tocam um ao outro” (JOHNSTON, 2012, p. 1) – significa que eu gravo encontros através de expressões corporificadas. Isso levanta questões relevantes sobre as implicações metodológicas do poder, corporificação, emoção e afeto. Enquanto xs pesquisadorxs às vezes se posicionam em relação à posição social (em termos de gênero, etnia, idade, situação econômica, etc.) elxs raramente consideram outros aspectos das relações de corpo e lugar tais como cheiros, gostos, gestos, reações, vestimenta, olhares e toques. Eu tive a honra de trabalhar com geógrafxs tais como Gordon Waitt, na Universidade de Wollongong (JOHNSTON; WAITT, 2015; 2020) e Chen Misgav, agora em

Ben-Gurion, na Universidade de Negev (MISGAV; JOHNSTON, 2014). O projeto “começar com o corpo”, no qual usamos uma variedade de métodos de pesquisa que ajudaram a facilitar a articulação e representação do que um corpo sente em relação ao lugar e às políticas de inclusão/exclusão. Os desafios encontrados por tais práticas metodológicas no campo da geografia é que elas exigem tempo. Ainda assim, eu continuo insistindo que para pesquisar corpos, subjetividades e lugares, é necessário concentrar-se na pesquisa de relações, comunicação com empatia e ética (GORMAN-MURRAY; JOHNSTON; WAITT, 2010).

JMS e MJO: Outro aspecto marcante do seu trabalho se refere às questões raciais que estão relacionadas com gênero e sexualidades. No livro publicado com Robyn Longhurst ‘Space, place, and sex’, (Espaço, lugar, e sexo) a história de Georgina Beyer, uma transsexual Māori desafia diversos poderes socialmente estabelecidos. Como você avalia a branquitude predominante nos estudos de sexualidade?

LJ: Georgina Beyer é um ícone particular em Aotearoa, Nova Zelândia. Ela foi prefeita de uma cidade rural, e então membra eleita do Parlamento, uma ex-trabalhadora do sexo, e declaradamente uma mulher Māori transsexual. Ela é um modelo maravilhoso e uma líder que muitas pessoas respeitam. Todo conhecimento é construído em algum lugar. Conforme Janice Monk (1994, p. 289) nos lembra “o lugar importa”. Viver e trabalhar ‘por baixo’ na nação pós-colonial de Aotearoa, Nova Zelândia, significa que o indigenismo informa a pesquisa geográfica sobre corpos generificados e sexuados (JOHNSTON, 2018). Com nossas histórias coloniais e os lugares cotidianos pós-coloniais, a importância do indigenismo esbarra nas questões de sexualidade e gênero em todos os contextos. Têm havido muitos apelos pela descolonização dos conhecimentos transgênero em Aotearoa e no Pacífico (ver BESNIER, 2011; HUTCHINGS; ASPIN, 2007; KEREKERE, 2017). Como uma acadêmica branca (Pākehā) colonizadora trabalhando em uma nação pós-colonial, eu reconheço que o meu privilégio corporificado significa que eu tenho entrada e aceitação em muitos lugares, onde corpos não brancos podem não ter. Eu questiono, portanto, como os conhecimentos ocidentais, Eurocêtricos, Anglo-Americanos, etc, são produzidos em estudos de gênero e sexualidades. A história ajuda a explicar o contexto no qual eu trabalho. Em Aotearoa, a assinatura do *Te Tiriti o Waitangi* / O Tratado de Waitangi em 1840 foi seguido de uma lei Britânica homofóbica e cissexista. Isso impactou negativamente o bem estar espiritual, sócio econômico e cultural Māori. Aquela foi também uma época em que as pessoas LGBTQI+ de qualquer origem cultural e social experimentaram medo do abuso, prisão e/ou marginalização. Já se vão mais de 30 anos desde que a Reforma da Lei Homossexual foi aprovada em Aotearoa. Nós agora temos uma aceitação social crescente, ainda assim, a discriminação e o racismo existem. As universidades, é claro, não são espaços utópicos e podemos ver as formas em que a branquitude domina muitas disciplinas.

JMS e MJO: O livro recente ‘Transforming gender, sex, and place’ (Transformando gênero, sexo e lugar) evidencia a necessidade de transformar a

noção binária de gênero e como o espaço suporta as dinâmicas de pertença e exclusão. Do seu ponto de vista, a Geografia tem sido capaz de criar alianças de conhecimento com os movimentos sociais LGBTIQ?

LJ: A minha pesquisa, ou pelo menos a maior parte dela, tem sido voltada à comunidade. Eu tenho uma longa história de associação com a militância, e conexão com movimento sociais LGBTIQ, particularmente nas comunidades onde eu vivo, trabalho, e me divirto.

Eu me junto a outrxs geógrafxs ‘dissidentes’ que – em alguns lugares e épocas – são inferiorizados, marginalizados e excluídos por causa de suas subjetividades corporificadas. Seguindo os movimentos sociais LGBTIQ, xs geógrafxs tem ‘se revelado’, como uma geógrafa Australiana, Louise Johnson (1994, p. 110) reflete: ‘sobre as consequências – profissionais e outras – de se ‘revelar’ de forma impressa, declarando minha própria sexualidade e construindo uma geografia feminista mediante o meu lesbianismo. Mas, basicamente eu tenho visto que os riscos são altos demais, os desafios muito grandes em uma cultura e disciplina homofóbica.’ Da mesma forma, em nossa revisão da pesquisa sobre corporificação nos 21 anos da revista *Gender, Place and Culture* (Gênero, Lugar e Cultura), nós observamos que geógrafxs feministas e queer “tem sido parte de um processo de escrita de corpos e suas complexas montagens em uma variedade de discursos geográficos, mas essa estratégia não tem necessariamente provocado um questionamento sobre ou a desestabilização do masculinismo na disciplina” (LONGHURST; JOHNSTON, 2014, p. 274). As fronteiras entre a militância e a pesquisa, métodos e teorias são embaçadas, é claro, particularmente quando consideramos as formas políticas nas quais a pesquisa feminista e queer produz novas ideias e debates públicos que desafiam a norma hegemônica. As alianças importam e por muitos anos eu co-dirigi e foi engajada na militância comunitária e pesquisei com e para o grupo Hamilton Pride¹. O objetivo principal do grupo Hamilton Pride é server como uma articulação entre os vários grupos comunitários conforme os eventos do Pride (Orgulho) são coordenados e organizados, publicar os eventos do Hamilton Pride local e nacionalmente através de diversas mídias e apoiar diversos grupos comunitários conforme eles se juntavam para organizar os eventos anuais do Pride. Os festivais e atividades do Hamilton Pride no Dia Mundial da AIDS tem demonstrado que ação direta permite a visibilidade, celebração e leva as comunidades a saber que a diferença e a diversidade sexual e de gênero (gay, lésbica, bissexual, takatāpui, transgênero, intersexo, queer, pansexual, e assim por diante) deve ser bem vinda, não desencorajada. Do meu lugar privilegiado na academia, eu posso me engajar em ações performativas sociais e políticas, mobilizar meus recursos e apoiar a co-criação da militância, conhecimento, e espaços de pertença (CAVE et al., 2012).

JMS e MJO: Sua trajetória acadêmica evidencia suas ações tanto nas geografias feministas quanto queer. Como você vê os limites e afinidades entre esses dois campos de conhecimento?

1 <<https://hamiltonpride.co.nz/>>.

LJ: Muitos anos atrás eu fui inspirada pelo – e ainda sou – trabalho de Gibson-Graham (1996). No seu livro ‘The end of capitalism’ (O Fim do Capitalismo) Gibson-Graham (1996, p. xii) afirmam: "Em particular, nós temos nos aventurado crescentemente para fora das fronteiras da nossa disciplina e em campos diferentes daqueles da economia política e da geografia ". Nas notas explicativas, Gibson-Graham se auto-identificavam como “vadias da teoria” (garotas divertidas que pensam) (GIBSON-GRAHAM, 1996, p. xii). Não muito depois de terem publicado seu livro, eu o estava usando para ensinar em um curso de geografia na Universidade de Edimburgo. Meus alunos rapidamente entenderam que eu achei a noção de ser uma ‘vadia da teoria’ foi uma ideia fantástica. Ao final do curso, eles me presentearam com uma camiseta com o slogan “vadia da teoria” na frente. Eu adorei aquela camiseta porque ela representava nosso tempo de aprendizado compartilhado permeado de um humor maravilhoso. Assim como Gibson-Graham, então, eu uso as teorias feminista e queer (bem como outras teorias) para entender a complexa interseccionalidade dos corpos (JOHNSTON, 2018). Existem possibilidades infinitas de enriquecer ambos os campos.

JMS e MJO: Considerando seu trabalho no International Geographical Union (IGU), como você avalia a expansão das geografias feministas no sul global e as possibilidades de alianças entre pesquisadores de países ricos e pobres?

LJ: Trabalhar para a IGU na Gender and Geography Commission (Comissão de Gênero e Geografia) tem sido um dos pontos altos da minha carreira. É imperativo que as geografias feministas (e as geografias queer) sejam incorporadas em todas as partes da IGU. Essa instituição global tem um histórico de ser dominada por ideias tradicionais sobre o que é geografia e nossa Comissão tem trabalhado com afinco para subverter essa imagem, e reimaginar uma geografia mais inclusiva, que preste atenção à importância das subjetividades, poder e lugar. A expansão das geografias feministas no sul global enriquece todas as nossas geografias. A Comissão – seus membrxs, atividades, eventos e publicações – vão muito mais além do que as geografias Anglo-Americanas e Eurocêntricas. Há uma rica diversidade de pesquisa, ensino e aprendizagem que a Comissão ajuda a facilitar através do globo. Como alguém que vive “por baixo” eu entendo a importância da colaboração internacional. Trabalhar isoladamente em nossos departamentos, onde alguém é marginalizado pode aliviar quando criamos parcerias e alianças de pesquisa pelo mundo, tanto em países ricos quanto pobres. Estudiosxs e militantes de uma variedade de lugares e áreas disciplinares estão avançando com as questões de justiça social, cultural e ambiental, bem como com a contestação das hegemonias, e valorização da diferença. Os esforços da Comissão de ser inclusiva de múltiplas vozes do mundo todo ao estimular a pesquisa, o ensino e a comunicação sobre gênero e geografia” (HUANG et al., 2017, p. 920). O objetivo principal da Comissão é estimular a solidariedade através das diferenças entre mulheres, acadêmicxs feministas e de gênero, ao desafiar as práticas de exclusão, e criar espaços para as perspectivas feministas e queer.

Geografias do Corpo, Amor e Desejo: Uma Entrevista com Lynda Johnston

Muito trabalho já está sendo feito, mas ainda há muito mais a ser feito. Eu termino esta entrevista com um convite para que você se junte à Comissão, se você não o fez ainda.²

2 <<https://igugender.wixsite.com/igugender/join-us>>.

Revista
Latino-americana de

**Geografia e
Gênero**

Volume 12, número 1 (2021)

ISSN: 2177-2886

Interview
english version

Lynda Johnston's scientific trajectory has impacted the global human geography, Brazil included. For some time, this geographer has influenced the research developed by the Group of territorial studies at the State University of Ponta Grossa. Therefore, interviewing this important, geographer, feminist and queer researcher is a great honor for our group. We are honored to have her with us at the Revista Latino-americana de Geografia e Gênero (Geography and Gender Latin American Journal), not only for her capability and contribution to the development of geography, but also for admiring her being and way of acting for the dismantling of social inequalities and hierarchies. The combination of her intellectual competence and sensitive and humanitarian character makes Lynda Johnston one of the brightest minds in the contemporary human geography.

Lynda Johnston was born in Dunedin on 14th May 1964 into a working class family in a small village called Waitati, north of Dunedin. She has one sister. Her father was a farm manager and her mother a health administrator. Lynda had many jobs before attending university (a farm labourer, customs officer, cleaner, café and retail worker, Outward Bound Instructor in the U.S.). She worked as a Customs Officer, gained a Bachelor of Arts in geography at the University of Otago, where she studied between 1988 and 1990. She returned to United States to work as an Outward Bound instructor. Hungry for more academic stimulation, Lynda enrolled in a masters degree, then PhD at University of Waikato. This university has an international reputation in feminist geography – and in 1999 she presented with her doctorate thesis titled 'Body Tourism in queered streets: Geographies of gay pride parades' at the University of Waikato, where she was advised by Robyn Longhurst. That work became an important contribution to the construction of the LGBTQIA+ visibility in the geography scientific field.

Currently, Lynda Johnston is a professor at the University of Waikato, teaching papers across all levels, including: first year Sustainable Geographies, second year Health, People, Place, third year Gender, Place and Culture, and graduate level People, Power, Place. Lynda has supervised many Masters and PhD thesis students. Lynda is also the Assistant Vice Chancellor Sustainability at the University of Waikato. Between 2016 and 2020, she was Chair of the International Geographical Union Commission on Gender and Geography. Her work at the IGU was fundamental for the promotion of feminist and sexuality geographies from the Global South. Her performance as Editor of the Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography between 2011 and 2016 was another remarkable action to dismantle academic hierarchies between North and South with global effect.

Lynda Johnston's intellectual production is intense and has

always focused on the spatial complexities of inequalities, greatly concerned with understanding how the most diverse forms of oppression such as sexism, homophobia, transphobia and racism are related to space. For this interview, we selected some of her works to be explored, those whose readings provoked us the most, however, her production is vast and continuous.

We intend to provide our readers with the same experience we had when learning more about Lynda Johnston and her academic trajectory. May her insights and energy shed light on our readers' paths as they did on ours.

Joseli Maria Silva and Marcio Jose Ornat: In the book *Mapping desire: geographies of sexualities*, published in 1995 by David Bell and Gill Valentine, your chapter 'Wherever I lay my girlfriend, that's my home', analyzes home as a place dominated by heterosexuality, which makes living lesbian identities more difficult. After twenty-six years of that publication, how do you evaluate the development of lesbian geographies and the approach to geographic scales such as home?

Lynda Johnston: It was an honour to write that chapter with Gill Valentine. In the early 1990s we had completed similar research projects, with Gill's being UK based, while mine was a small graduate research project conducted in Hamilton, Aotearoa New Zealand. Bringing these two projects together enabled us to argue that places and bodies are mutually constituted. This has been an enduring feature in critical social, cultural, emotion / affect, feminist and queer geographies (WAITT; JOHNSTON, 2013). Important collections of lesbian geography research (such as BROWNE; FERREIRA, 2015) adds further evidence of the importance of place to lesbian identities and vice versa. Some of this uses spatial scale as an organising and analytical method, such as the chapter by Lisa Hardie and me (HARDIE; JOHNSTON, 2015) where we argue that music can help create safe spaces (in the home, on public transport, and in city streets) for lesbians.

JMS and MJO: The approach to sexualities in the 90s in anglophone countries faced challenges to position itself in geography, and the researchers involved in that struggle have some resistance stories. How do you evaluate the impact of your doctorate thesis, presented in 1999, on the geography field? How do you see the results of having published such ideas?

LJ: Studying at the University of Waikato, in the 1990s, was a particularly exciting time. The department had a long history of being at the forefront of radical and inclusive knowledge practices, including: anarchist; anti-racist; Māori; and, feminist geography. This meant that my politics and research interests in bodies, gender, and sexualities was – for the most part – encouraged, rather than marginalised. At the time I researched: lesbian homes (a graduate dissertation in 1993); women body builders and gyms (a masters research thesis in 1994 - 1995); and, gay pride parades (a PhD, completed in 1999). I did receive some disapproval from geographers and members of the public (all questioning the validity of the topic) however, with excellent support and mentorship (from Robyn Longhurst in particular, but also a

number of other geographers at the University of Waikato) I remained determined to continue to queer geography, bodies, gender and sexuality. I hope that these early publications inspired other geographers and tourism scholars to question disembodied and hegemonic constructions of knowledge. This research was about celebrating difference as well as contesting geographical knowledge that asserted dualistic thinking. I have questioned whether the “upsurge of interest in embodiment, as expressed in the pages of GPC since 1994, [has] led to an upheaval of masculinist ways of thinking in the discipline?” (LONGHURST; JOHNSTON, 2014, p. 267). We conclude, however, by expressing feelings of ambivalence. Power relations that dominated the 1990s – patriarchy, heterosexism, transphobia, homophobia, racism – continue to structure our everyday lives in homes, communities, cities, and institutions such as universities. Yet, a focus on embodiment has led to excellent insights into power relations across a variety of places and spaces.

JMS and MJO: Body is a central approach in your scientific production, from your thesis to the more recent productions. The paper written in collaboration with Robyn Longhurst and Elsie Ho “Using ‘the body’ as an ‘instrument of research’”, published in 2008 in the *Area Journal*, discusses qualitative methodologies and the need to include emotions and bodies in the scientific production. What are the challenges faced by this methodological practice in the geography field?

LJ: I’m a strong advocate that geographers should not limit themselves to one aspect of embodiment but consider ways of knowing as configured through hearing, sight, taste, smell, and touch. I am in favour of employing ‘participant sensing’ methodology. Engaging all embodied senses makes for rich encounters with people and places. This kind of sensory, visceral, or haptic geography – “bodies that touch places, places that touch bodies, and bodies that touch each other” (JOHNSTON, 2012, p. 1) - means that I record encounters through bodily expressions. This raises important questions about methodological implications of power, embodiment, emotion and affect. While researchers sometimes position themselves in relation to social position (in terms of gender, ethnicity, age, economic status etc), rarely do they consider other aspects of body place relations such as smells, tastes, gestures, reactions, clothing, glances, and touches. I have had the honour of working with geographers such as Gordon Waitt at the University of Wollongong (JOHNSTON; WAITT, 2015, p. 2020) and Chen Misgav now at Ben-Gurion University of the Negev (MISGAV; JOHNSTON, 2014). These project ‘start with the body’ in that we use a variety of research methods that help facilitate the articulation and representation of what one body feels like in relation to place and a politics of inclusion / exclusion. The challenges faced by this methodological practice in the geography field is that they are time-intensive. Yet, I have always maintained that in order to research bodies, subjectivities and place, one needs to focus on research relationships, empathetic communication, and ethics (GORMAN-MURRAY; JOHNSTON; WAITT, 2010).

JMS and MJO: Another remarkable aspect of your work is the concern with racial issues that are related to gender and sexualities. In the book published with Robyn Longhurst ‘Space, place, and sex’, the history of Georgina Beyer, a Māori transsexual challenges several socially established powers. How do you evaluate the predominant whiteness in sexuality studies?

LJ: Georgina Beyer is a particular icon in Aotearoa New Zealand. She was a Mayor of a rural town, then an elected Member of Parliament, an ex-sex worker, and an openly transsexual Māori woman. She is a wonderful role model and leader that many people look up to. All knowledge is constructed somewhere. As Janice Monk (1994, p. 289) reminds us “place matters”. Living and working ‘down-under’ in the postcolonial nation of Aotearoa New Zealand means that Indigeneity informs geographical research on gendered and sexed bodies (JOHNSTON, 2018). With our colonial histories and postcolonial everyday places the importance of Indigeneity brushes against matters of sexuality and gender in all contexts. There have been many calls to decolonize transgender knowledges in Aotearoa and the Pacific (see BESNIER, 2011; Hutchings and ASPIN, 2007; KEREKERE, 2017). As a white settler (Pākehā) scholar working in a postcolonial nation, I recognize my embodied privilege means I have entry and acceptance in many places, where non-white bodies may not. I question, therefore, how western, Eurocentric, Anglo-American etc knowledges are reproduced in gender and sexuality studies. History helps explain the context in which I work. In Aotearoa the signing of Te Tiriti o Waitangi / The Treaty of Waitangi in 1840 was followed by homophobic and cissexist British law. This negatively impacted Māori spiritual, socio-economic and cultural wellbeing. This was also a time when LGBTIQ+ people of all cultural and social backgrounds experienced fear of abuse, incarceration and / or marginalisation. It is now more than 30 years since we passed The Homosexual Law Reform Bill in Aotearoa. We now have increased social acceptance, yet, discrimination and racism still exist. Universities, of course, are not utopian spaces and we can see the ways in which whiteness dominates many disciplines.

JMS and MJO: The recent book ‘Transforming gender, sex, and place’ evidences the need to transform the binary notion of gender and how space supports the dynamics of belonging and exclusion. From your point of view, has geography been able to create alliances of knowledge with the LGBTIQ social movements?

LJ: My research has, for the most part, been community driven. I have had a long history and associate of activism, and connection to LGBTIQ social movements, particularly in the communities in which I live, work, and play. I join other ‘dissenting’ geographers who – in some places and times - are othered, marginalised and excluded because of our embodied subjectivities. Following LGBTIQ social movements, geographers have ‘come out’, as Australian geographer Louise Johnson (1994, p. 110) reflects: ‘about the consequences - professional and otherwise - of ‘coming-out’ in print, declaring my own sexuality and building a feminist geography upon my lesbianism. But

basically I have seen the risks as too great, the stakes too high in a homophobic culture and discipline.’ Similarly, in our review of research on embodiment in 21 years of *Gender, Place and Culture* journal, we note feminist and queer geographers “have been part of a process of writing bodies and their complex assemblages into a variety of geographical discourses but this strategy has not necessarily prompted a questioning or destabilisation of masculinism in the discipline” (LONGHURST; JOHNSTON, 2014, p. 274). The boundaries between activism and research, methods and theory are blurred, of course, particularly when considering the political ways in which feminist and queer research produce new ideas and public debates which challenge the hegemonic norm. Alliances matter and for many years I co-chaired and was engaged in community activism, and researched with and for the group Hamilton Pride¹. Hamilton Pride’s main objectives are to serve as a liaison between various community groups as Pride events are coordinated and organised, publicise Hamilton Pride events locally and nationally through various media and support various community groups as they come together to organise annual Pride events. Hamilton Pride festivals and activities on World AIDS Days (WAD) have shown that direct action allows for visibility, celebration and letting communities know that sexual and gender difference and diversity (gay, lesbian, bisexual, takatāpui, transgender, intersex, queer, pansexual and so on) should be welcomed, not discouraged. From my advantageous place in the academy I am able to engage in performative social and political actions, mobilise my resources and support the co-creation of activism, knowledge, and spaces of belonging (Cave et al., 2012).

JMS and MJO: Your academic trajectory evidences your actions in both feminist and queer geographies. How do you see the limits and affinities between these two knowledge fields?

LJ: Many years ago I was inspired by – and still am – the work of Gibson-Graham (1996). In their book ‘The end of capitalism’ Gibson-Graham (1996, p. xii) state: "In particular we have increasingly ventured outside our disciplinary boundaries and into fields other than political economy and geography". In the notes explaining this, Gibson-Graham self-identify as 'theory sluts (good time girls who think around)' (GIBSON-GRAHAM, 1996, p. xii). Not long after they published their book, I was using it for teaching a geography honours paper at Edinburgh University. My students quickly caught on that I thought the notion of being a “theory slut” was a fantastic idea. At the end of the course they gifted me a tee shirt with the slogan “theory slut” on the front. I adored that tee shirt as it represented our time of shared learning infused with wonderful humour. Like Gibson-Graham, then, I use feminist and queer theories (as well as other theories) to understand the complex intersectionality of bodies (JOHNSTON, 2018). There are endless possibilities for enriching both fields.

JMS and MJO: Considering your work at the International Geographical

1 <<https://hamiltonpride.co.nz/>>.

Union (IGU), how do you evaluate the expansion of feminist geographies in the global south and the possibilities of alliances between researchers from rich and poor countries?

LJ: Working for the IGU in the Gender and Geography Commission has been one of my career highlights. It is imperative that feminist geographies (and queer geographies) are incorporated into all parts of the IGU. This global institution has a history of being dominated by traditional ideas about what geography is, and our Commission has worked hard to subvert this image, and reimagine a more inclusive geography, one that pays attention to the importance of subjectivities, power and place. The expansion of feminist geographies in the global south enriches all of our geographies. The Commission – its members, activities, events and publications – goes far beyond Anglo-American and Eurocentric geographies. There is a rich diversity of research, teaching and learning that the Commission helps facilitate, across the globe. As someone who lives ‘down-under’ I understand the importance of international collaboration. Working in isolation or in departments where one is marginalised may be alleviated when we partner and create research alliances across the globe, and from both rich and poor countries. Gender and queer scholars and activists from a variety of places and disciplinary areas are advancing issues of social, cultural and environmental justice, as well as contesting hegemonies, and valuing difference. The Commission “endeavors to be inclusive of multiple voices from across the world in fostering research, teaching and communication on gender and geography” (HUANG et al., 2017, p. 920). The core aim of the Commission is to foster solidarity across differences among women, gender and feminist scholars by challenging exclusive practices, and creating space for feminist and queer perspectives. Much work has been done, yet there is much more to do. I end this interview with an invitation to join the Commission, if you haven’t already. It’s free and there are many scholars from around the world that you can connect with.²

Referências / References

BESNIER, Nico. **On the edge of the global:** Modern anxieties in a Pacific Island Nation. California: Stanford University Press, 2011.

BROWNE, Kath; FERRIER, Eduarda (Orgs). **Lesbian Geographies:** Gender, Place and Power. London: Routledge, 2015.

CAVE, Jenny; JOHNSTON, Lynda; MORRISON, Carey-Ann; UNDERHILL-SEM, Yvonne. Community-university collaborations: creating hybrid research and collective identities, **Kōtuitui: New Zealand Journal of Social Sciences Online**, v. 7 n. 1, p. 37-50, 2012.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **The End of Capitalism (as we knew it).** A Feminist Critique of Political Economy. Cambridge, Blackwell Publishers

2 <<https://igugender.wixsite.com/igugender/join-us>>.

Ltd., 1996.

GORMAN-MURRAY, Andrew; JOHNSTON, Lynda; WAITT, Gordon. Queer(ing) communication in research relationships: a conversation about subjectivities, methodologies and ethics. *In*: BROWNE, Kath; NASH, Catherine (Orgs). **Queer Methods and Methodologies: Intersecting Queer Theories and Social Science Research**. London: Ashgate, 2010, p. 97-112.

HARDIE, Lisa; JOHNSTON, Lynda. It's a way for me to feel safe in places that might not really be gay-friendly': Music as safe lesbian space. *In*: BROWNE, Kath; FERRIER, Eduarda (Orgs). **Lesbian Geographies: Gender, Place and Power**. London: Routledge, 2015, p. 113-131.

HUANG, Shirlena; MONK, Janice; DROOGLEEVER FORTUIJN, Joos; GARCIA-RAMON, Maria Dolores; HENSHALL MOMSEN, Janet. A continuing agenda for gender: the role of the IGU Commission on gender and geography. **Gender, Place and Culture**, v. 24, n. 7, p. 919-938, 2017.

HUTCHINGS, Jessica; ASPIN, Clive. **Sexuality and the stories of indigenous people**. Wellington: Huia Publishers, 2007.

JOHNSON, Louise. What future for feminist geography? **Gender, Place and Culture**, v. 1, p. 103 – 113, 1994.

JOHNSTON, Lynda. **Body tourism in queered streets: geographies of gay pride parades**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia), University of Waitako. Waikato, New Zealand.

JOHNSTON, L. Sites of excess: The spatial politics of touch for drag queens in Aotearoa New Zealand, **Emotion, Space and Society**, v. 5, p. 1-9, 2012.

JOHNSTON, Lynda. Intersectional feminist and queer geographies: A view from 'down-under', **Gender, Place and Culture**, v. 25, n. 4, p. 554-564, 2018.

JOHNSTON, Lynda. **Transforming gender, sex, and place: gender variant geographies**. Abingdon, New York: Routledge, 2019.

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. **Space, place, and sex: Geographies of sexualities**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2010.

JOHNSTON, Lynda; VALENTINE, Gill. Wherever I lay my girlfriend, that's my home. *In*: BELL, David; VALENTINE, Gill (Orgs). **Mapping desire: geographies of sexualities**. London: Routledge, 1995, p. 99 - 113.

JOHNSTON, Lynda; and WAITT, Gordon. The Spatial Politics of Gay Pride Parades and Festivals: Emotional Activism. *In*: PATERNOTTE, David; TREMBLAY, Manon (Orgs) **Ashgate Research Companion on Lesbian and Gay Activism**, Farnham: Ashgate, 2015, p. 105-119.

JOHNSTON, Lynda; Waitt, Gordon. Play, protest and pride: Un/happy queers of Proud to Play in Auckland, Aotearoa New Zealand. **Urban Studies**, v. 58, n. 7, p. 1431 – 1447, 2020.

KEREKERE, E. **Part of the whānau: The emergence of takatāpui Identity. He whāriki takatāpui.** 2017. Doctoral thesis. Wellington Aotearoa: Victoria University of Wellington.

LONGHURST, Robyn; JOHNSTON, Lynda. Bodies, gender, place and culture: 21 years on. **Gender, Place and Culture**, v. 21, n. 3, p. 267 - 278, 2014.

LONGHURST, Robyn; HO, Elsie; JOHNSTON, Lynda. Using 'the body' as an 'instrument of research': kimch'i and pavlova. **Area**, v. 40, n. 2, p. 208 – 217, 2008.

MONK, Janice. "Place Matters: Comparative International Perspectives on Feminist Geography." **The Professional Geographer**, v. 46, n. 3, p. 277-408, 1994.

WAITT, Gordon; JOHNSTON, Lynda. 'It doesn't even feel like it's being processed by your head': Lesbian Affective Home Journeys To and Within Townsville, Queensland, Australia. *In*: GORMAN-MURRAY, Andrew; PINI, Barbara; BRYANT, Lia Bryant (Orgs). **Sexuality, Rurality, and Geography.** Lanham: Lexington Press, 2013, p. 143 - 158.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Joseli Maria Silva: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Escrita (primeira redação).

Marcio Jose Ornat: Conceituação, Análise Formal, Escrita (revisão e edição).